

# O proclamado e o real

## JOSÉ CARLOS AZEVEDO

Foi muito oportuno que o órgão de planejamento do governo federal tivesse divulgado a mais contundente crítica feita em tempos recentes ao estado da educação brasileira. O "Relatório Anual de Acompanhamento" para a área de educação, relativo a 1986, elaborado pelo Ipea, órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, é fundamentado em dados oficiais, entrevistas e visitas e deve ser analisado pelos que se preocupam com o futuro do Brasil. Desprezioso, ao contrário de tantos textos acadêmicos vazios, ele comprova a falência do ensino e até sugere o recesso temporário do nível superior. Volto a este documento, parcialmente analisado em O Estado de S. Paulo de 3/9/87, para completar informações, pedindo desculpas pelo excesso de números, necessários, entretanto, para fazer comparações.

Os últimos governos e o atual conseguiram uma tranquilidade aparente nos estabelecimentos de ensino superior, sem que tivesse havido benefícios para a educação, e até comprometeram gerações futuras à custa de concessões descabidas para esse nível de ensino, neste país onde a escolaridade média é de apenas quatro, cinco anos. Ela foi conseguida à custa de contratações desnecessárias que fazem de muitos órgãos de nossas universidades apenas um cabide de emprego. A isonomia entre fundações e autarquias e o estatuto do magistério superior que não valoriza o mérito foram outras concessões despropositadas e, mais uma vez, esqueceram-se dos salários dos professores de 1º grau, pois um reitor ganha hoje umas 70 vezes mais que muitos deles. A semelhança dos que o antecederam, o atual governo fechou os olhos à politização das universidades e perdeu condições de influir na qualidade do ensino.

Só nas raras vezes que se tem acesso a documentos oficiais é que se comprova o abismo existente entre o proclamado e o real no ensino brasileiro — há anos, por exemplo, garantem apelo ao 1º grau, mas ele nunca houve de fato, e ainda agora, em 1986, seu orçamento caiu de 20,8% em relação a 1985, enquanto o das universidades subiu 20,5%. O excesso de professores contribui para a má qualidade do ensino universitário e isso é agravado porque, segundo o Ipea, "(...) o ensino superior absorve 80% dos egressos do 2º grau e este absorve 85% dos concluintes do 1º grau", o que significa que o vestibular real é no 1º grau, pois entre a 1ª e a 8ª série o número de estudantes cai em mais de 90%.

Apesar disso, há hoje 6,82 candidatos por vaga no vestibular (número 51% maior que o então considerado índice explosivo de 4,52, observado em 1968), equivalentes a 2,2 milhões de candidatos batendo anualmente às portas das instituições de ensino superior. Entre eles há servidores públicos dos quais se exige, sem razão aparente, diplomas de curso superior e há vários estudantes, já nesse nível de ensino, que querem mudar de curso, o que lhes é vedado, pois a atual estrutura dos cursos superiores almeja o corporativismo — vestibular, curso e faculdade, profissão e sindicato.

O número de alunos por funcionário nas universidades brasileiras é inacreditavelmente baixo e há até duas escolas federais — a Paulista de Medicina e a de Medicina do Triângulo Mineiro — que têm, segundo o Ipea, mais funcionários (professores mais servidores) que alunos: são três e dois funcionários para cada estudante, respectivamente. Na UFRGS, há 1,64 aluno por funcionário; na UFMG há 2,38; na UFRJ há 2,76, e há alunos de cursos mantidos pelo governo que são dos mais caros do mundo. Em 1985, havia no Brasil 19.106 professores atuando na pós-graduação e 30.851 alunos de mestrado e 6.875 de doutorado, mas se graduaram apenas 3.798 mestres e 715 doutores, indi-

cando que a pós-graduação é uma espécie de emprego, pois seria de esperar que houvesse, pelo menos, dez mil mestres e 1.500 doutores se graduando anualmente.

É muito difícil avaliar a produtividade intelectual, e por isso não se reduz a conhecer o número de trabalhos publicados, pois o fator essencial é a qualidade. Em 1905, Einstein, então com 25 anos, publicou três artigos no mesmo número do Annalen der Physik; por um deles ganhou o Prêmio Nobel de 1921; o outro era a Teoria da Relatividade e o restante foi de significado transcendente nos primórdios da Física moderna e mais importante que os demais trabalhos até então publicados. Pode-se, entretanto, aferir a produtividade científica (cf. G. Holton, Can Science Be Measured? in The Scientific Imagination, Camb. Un. Press.) e há governos que desenvolvem essa atividade sistematicamente. Nos EUA, a Fundação Nacional de Ciência fornece regularmente o Science Indicators, endereçado ao presidente da República; há ainda o Institute for Scientific Information (ISI) e no Brasil, ao que parece, só o Ipea/CNRH tem dados a esse respeito, apesar de parecerem incipientes.

Segundo o ISI, o Brasil estava em 31º lugar em 1973, em termos de investigação original, e vinha atrás da Argentina, com metade das suas publicações, e da Índia, que estava em 8º lugar; em 1978 assumiu o primeiro lugar na América Latina e o 25º no mundo. Em termos per capita, entretanto, ficou em 11º lugar na América Latina, atrás da Jamaica, Barbados e Porto Rico. É claro que o Brasil tem mais cientistas que esses países e certamente produziu trabalhos de melhor qualidade, mas os resultados são esses.

Um estudo recente (C. Moura e Castro, Doc 18/85 — Ipea/CNRH) analisou as instituições brasileiras de ensino superior em 1982 e calculou a produção absoluta em cada uma delas e a produção por professor de pós-graduação. Este último índice não é muito significativo, e mais razoável teria sido calcular a produtividade por professor ou até a produtividade por professor em dedicação exclusiva e tempo parcial, o que refletiria melhor o estágio de desenvolvimento da instituição, mas levaria a índices baixíssimos. Nem a USP, que produziu mais trabalhos que os demais, nem outra qualquer instituição universitária de grande porte, produziu mais de dois trabalhos por ano por professor de pós-graduação. Os pequenos centros de pesquisa produziram e ocuparam os seis primeiros lugares ao lado de uma universidade de pequeno porte, a UFSC com 2,37. A USP-Ribeirão Preto chegou a 1,51; a USP-São Paulo, a 0,98; a UFRJ, a 0,91; a UFMG, a 0,64; a UFP, a 0,61; a UFES, a 0,49; a UFRN, a 0,19, e a UFESM, última universidade da lista, a 0,18.

Esses resultados se alteram muito quando se calcula o número de trabalhos por professor em tempo integral e dedicação exclusiva, por exemplo: UFSC, 0,79; UFP, 0,1525; UFESM, 0,0409; UFRN, 0,0193, e UFES, 0,0125. Esses números indicam, por exemplo, quanto tempo leva em média cada professor dessas instituições para produzir um trabalho: UFSC, 16 meses; UFP, 6,5 anos; UFESM, 24,5 anos; UFRN, 52 anos, e UFES, 80 anos. O custo do trabalho nessas últimas instituições se eleva a centena de milhares de dólares. Esses números mostram uma das disparidades existentes entre as instituições de ensino superior brasileiras e a competência de classificá-las, tal como ocorre em países avançados.

No momento em que o Congresso Nacional também cuida de Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia e estende a gratuidade a todos os níveis do ensino público, conviria ter em mente essas discrepâncias, pois o ensino gratuito no Brasil beneficia mais as camadas ricas que as pobres. Como vem ocorrendo há muito tempo.